

ATO NORMATIVO Nº 001/2022, DE 07 DE JANEIRO DE 2022.

**Institui a Diretoria Adjunta da Mulher
– DAM-CRECI/RJ, com criação de
procedimentos e outras providências:**

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS DO RIO DE JANEIRO – CRECI-RJ 1ª Região/RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução COFECI nº 013/78, Lei nº 6.530/78, Decreto 81.871/78, e, o Art. 8º do Regimento Interno dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, aprovado pela Resolução COFECI nº 1.246/2012, resolve:

CONSIDERANDO a necessidade em contribuir e estimular a promoção, a defesa e a valorização dos direitos da mulher Corretora de Imóveis, empregadas públicas e comissionadas do CRECI-RJ;

CONSIDERANDO a necessidade de deliberar assuntos da mulher Corretora de Imóveis, empregadas públicas e comissionadas e, da diversidade, propagando o respeito e a valorização às mulheres dentro e fora do ambiente de trabalho;

CONSIDERANDO a defesa e preservação da integridade das Corretoras de Imóveis, empregadas públicas e comissionadas na defesa de toda e qualquer discriminação;

CONSIDERANDO a necessidade de avançarmos nas conquistas alcançadas pelas mulheres Corretoras de Imóveis nas lutas por uma sociedade justa e igualitária;


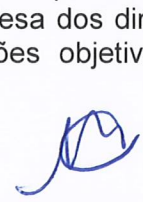
RESOLVE:

Art. 1º – Fica criada a **Diretoria Adjunta da Mulher – DAM-CRECI/RJ**, vinculada a Presidência e Secretaria do CRECI-RJ, com a finalidade de elaborar e implementar, em todas as esferas do Conselho Regional de Corretores de Imóveis da 1ª Região/RJ, políticas públicas sob a ótica de gênero, destinadas a garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de forma a assegurar à Corretora de Imóveis, empregadas públicas e comissionadas o pleno exercício de sua cidadania e direitos.

Art. 2º – A Diretoria Adjunta da Mulher – DAM-CRECI/RJ tem as seguintes competências:

I – desenvolver ação integrada e articulada com setores do CRECI/RJ e demais órgãos públicos, visando a defesa e superação das Corretoras de Imóveis, das empregadas públicas e comissionadas em preconceitos e desigualdades de gênero;

II – prestar assessoria a diretoria do CRECI/RJ, opinando sobre questões de valorização profissional feminina e na execução de programas de defesa dos direitos da mulher no exercício de sua profissão, propondo, inclusive ações objetivando eliminar todas as formas identificáveis de discriminação;



III – estimular, desenvolver pesquisas e elaborar estudos sobre a proteção das mulheres no exercício profissional e social;

IV – fiscalizar discriminações contra as mulheres e exigir o cumprimento da legislação em vigor dos direitos assegurados a mulher;

V – realizar procedimentos e sugerir a adoção de medidas normativas para modificar ou derrogar leis, regulamentos, usos e práticas que constituam;

VI – sugerir a adoção de providência legislativa que vise eliminar a discriminação de sexo, encaminhando-a ao poder público competente;

VII – promover convênios ou outras formas de parceria com secretarias, departamentos de segurança pública e ministério público, com a finalidade de incrementar o Programa do Conselho;

VIII – manter canais permanentes para atendimento a mulher Corretora de Imóveis, empregada pública e comissionada do CRECI-RJ, inclusive de apoio emergencial;

IX – ser o canal de recebimento exclusivo de denúncias, devendo examinar e efetuar os devidos procedimentos em sigilo que envolvam fatos e episódios discriminatórios contra a mulher, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis e acompanhar seu andamento;

X – realizar a facilitação para o acompanhamento e assistência jurídica, psicológica e social às mulheres vítimas de violência.

Art. 3º – Além das competências do artigo anterior, têm também como funções outros pontos, entre os quais se destacam:

I – Coordenar a gestão das políticas públicas voltadas à diminuição das desigualdades entre mulheres e homens;

II – Acompanhar a implantação e a institucionalização das políticas públicas para as mulheres nos respectivos órgãos locais que as executam;

III – Articular de forma integrada e transversal as políticas para as mulheres;

IV – Atuar como organismo interlocutor das demandas sociais, econômicas, políticas e culturais das mulheres;

V – Estabelecer parceria com os Conselhos e entidades de Direitos da Mulher, considerando sua importância como mecanismos de controle social e participação popular.

Art. 4º – O canal de atendimento a mulher será vinculado a Ouvidoria do CRECI/RJ com atendimento exclusivo por uma mulher empregada pública ou comissionada que deverá:

- a) Receber e registrar reclamações e denúncias de violência ou assédio, bem como analisar, classificar e adotar os procedimentos necessários.
- b) Manter sigilo de toda e qualquer manifestação registrada.
- c) Pesquisar sobre o assunto e interpretar cada demanda a fim de melhor respondê-la.
- d) Classificar como confidencial os documentos recebidos.
- e) Encaminhar as demandantes e/ou as demandas à **Diretoria Adjunta da Mulher – DAM-CRECI/RJ** para o atendimento à mulher, se necessário.

- f) Oficiar a **Diretoria Adjunta da Mulher – DAM-CRECI/RJ**, cientificando-as das questões apresentadas, e, sendo o caso, recomendando a instauração de procedimentos administrativos.
- g) Produzir informações estratégicas e gerenciais a partir das manifestações recebidas pela Ouvidoria à **Diretoria Adjunta da Mulher – DAM-CRECI/RJ**.

Parágrafo único – Todas as demandas deverão ser encaminhadas imediatamente a Diretora para que proceda a abertura de procedimentos necessários.

Art. 5º – A **Diretoria Adjunta da Mulher – DAM-CRECI/RJ** tem a seguinte estrutura:

Diretora – uma conselheira efetiva ou suplente;

Coordenadora – uma corretora de imóveis;

Ouvidora – profissional habilitada e atuante na ouvidoria do CRECI/RJ;

Conselho Deliberativo.

Parágrafo único – A composição da estrutura que trata o caput deste artigo deverá ser de mulheres profissionais atuantes vinculadas a profissão de Corretora de Imóveis, que serão livremente nomeadas por portaria do Presidente do CRECI/RJ, ficando vedado a participação de membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e de representantes junto ao COFECI.

Art. 6º – O Conselho Deliberativo da **Diretoria Adjunta da Mulher – DAM-CRECI/RJ** será formado por Corretoras de Imóveis regularmente inscritas, empregadas públicas e comissionadas do CRECI-RJ, ficando vedado a participação de membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e de representantes junto ao COFECI.


Art. 7º – O Conselho Deliberativo será presidido pela Diretora Adjunta da Mulher e composto por mais 04 (quatro) titulares e 03 (três) suplentes, indicadas pela diretora e nomeadas pelo Presidente do CRECI/RJ, de forma significativa em prol dos direitos da mulher e serão denominadas Conselheiras da Mulher Corretora de Imóveis.

Parágrafo único – As suplentes poderão ser convocadas para as reuniões do Conselho Deliberativo e passarão à titulares nos casos de vacância ou impedimento das conselheiras efetivas.

Art. 8º – As reuniões do Conselho Deliberativo serão marcadas pela Diretora Adjunta da Mulher e convocadas pelo presidente do CRECI/RJ, que sempre deverão se reunir com a presença da coordenadora e da ouvidora, tendo todas direito a deliberar e votar.

Art. 9º – As decisões do Conselho Deliberativo serão encaminhadas, devidamente assinadas, ao presidente do CRECI/RJ que levará a apreciação e discussão em reunião de Diretoria para os devidos procedimentos.

Art. 10 – Os atos públicos de representação da **Diretoria Adjunta da Mulher – DAM-CRECI/RJ** deverão ser submetidos a apreciação do presidente do CRECI/RJ para que este possa devidamente autorizar sua realização e providências.



Art. 11 – O presidente do CRECI/RJ submeterá o relatório da **Diretoria Adjunta da Mulher – DAM-CRECI/RJ** para discussão e conhecimento em reunião de Diretoria do CRECI/RJ que poderá submeter a apreciação do plenário, conforme a importância, sem exposição de identidade das partes envolvidas.

Art. 12 – Havendo indícios de atos ilegais praticados por corretor de imóveis, o presidente do CRECI/RJ abrirá processo administrativo para apuração e encaminhará denúncia a autoridade competente para instauração de processos.

Art. 13 – O presidente do CRECI/RJ encaminhará toda e qualquer denúncia crime que tiver conhecimento a autoridade competente para o devido procedimento legal.

Art. 14 – As funções dos membros da **Diretoria Adjunta da Mulher – DAM-CRECI/RJ** são de livre nomeação do presidente do CRECI/RJ e não serão remuneradas, sendo reconhecidas como de interesse público e de relevante valor social.

Art. 15 – Este Ato Normativo entra em vigor nesta mesma data.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 2022.



MARCELO SILVEIRA DE MOURA
Presidente



MONIQUE ALVES DE ALMEIDA DINIZ
Secretária